



27a. VARA FEDERAL

Edital

SELEÇÃO PARA ESTÁGIO REMUNERADO

(Curso de Bacharel em Direito)

EDITAL Nº 01/2014

A JUÍZA FEDERAL DIRETORA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE OURICURI - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO, considerando o disposto na Resolução nº 05/2009 e demais normas que regem a matéria independente de transcrição, **FAZ SABER** que fará realizar no período de **10/2/2014 a 14/2/2014**, inscrição para **Seleção de Estágio Remunerado da Área de Direito**, destinada ao **preenchimento de 1 (uma) vaga disponível e Formação de Cadastro Reserva** na Sede desta Subseção Judiciária de Ouricuri, situada na Rua José Tomaz Aquino, S/N - Centro, Ouricuri-PE.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 A seleção de estágio realizar-se-á sob a responsabilidade da Comissão de Seleção de Estágio, instituída pela Portaria nº 53/2014 de 29/1/2014.

1.2 Aos portadores de deficiência serão reservadas 10% (dez por cento) das vagas obedecidos os critérios de classificação prevista neste Edital.

1.2.1 - O candidato portador de deficiência deverá apresentar laudo médico original, expedido no prazo máximo de (90) noventa dias antes do término das inscrições, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional da Doença - CID, bem como a causa provável da deficiência.

1.3 Nos termos do art. 7º da Resolução nº 39/2008 do Conselho de Justiça Federal c/c o art. 28, da Resolução nº 05/2009, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, o servidor público poderá participar de estágio desde que cumpra, no mínimo, 20 (vinte) horas semanais de trabalho na unidade em que estiver lotado ou em exercício.

1.4 A hipótese prevista no item 1.3 somente se aplicará à modalidade de estágio obrigatório, definido como tal no projeto do curso. Nesse caso, o estagiário não terá direito ao auxílio- financeiro e ao auxílio-transporte de que trata o item 12 deste Edital.

1.5 Os estagiários estão subordinados aos termos da Lei nº 11.788, de 25/9/2008, da Resolução nº 39, de 12/12/2008 do Conselho de Justiça Federal, Ato nº 182, de 15/4/2009, da Portaria nº 146/2009, de 1º/4/2009, 162, de 16/4/2009 e 187, de 29/4/2009 e da Resolução nº 05, de 15/4/2009, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e ao Termo de Compromisso firmado com a Justiça Federal de Pernambuco, com interveniência obrigatória da instituição de ensino.

1.6 As etapas da seleção estão previstas no Item 14 - DO CRONOGRAMA, deste Edital.



2. DAS INSCRIÇÕES

2.1 As inscrições serão presenciais, realizadas na Seção de Apoio Administrativo da Subseção Judiciária de Ouricuri, situada na Rua José Tomaz de Aquino, S/N - Centro, Ouricuri/PE no período de **10/2/2014 a 14/2/2014**, de segunda a sexta-feira, no horário das **9 às 18 horas**.

2.2 O formulário de inscrição conterá declaração, subscrita pelo candidato, de que concorda com os termos deste Edital e atende aos requisitos objetivos nele previstos, devendo ainda o candidato proceder à entrega de 2 (dois) quilos de alimentos não perecíveis (exceto SAL), que serão distribuídos a entidades assistenciais locais.

2.3 No ato da inscrição será entregue ao candidato comprovante que deverá ser apresentado por ocasião das provas, juntamente com um documento de identificação oficial com foto.

2.4 Somente poderão participar da seleção estudantes regularmente matriculados em curso de Direito oferecidos por instituições de ensino superior oficial ou reconhecidas pelo Ministério da Educação, a partir do **5º (quinto) período do curso**, inclusive (art. 5º, §2º, da Resolução nº 05/2009), devendo comprovar a periodicidade quando da convocação para início do estágio.

2.5 Documentos exigidos no ato da inscrição (cópias autenticadas ou originais para autenticação):

- a) Histórico Acadêmico, atualizado;
- b) Carteira ou Cédula de Identidade;
- c) CPF/MF;
- d) Título de Eleitor acompanhado do último comprovante de votação.

3. DAS ATRIBUIÇÕES

3.1 O estagiário Bacharel em Direito realizará atividades de suporte técnico e administrativo, favorecendo o exercício da função judicante pelos magistrados e/ou órgãos julgadores. Compreende o processamento de feitos, a elaboração de minutas de pareceres, certidões e decisões interlocutórias e sentenças, valendo-se, para tanto, da Biblioteca desta Unidade e dos recursos nela disponíveis (Internet, CD-ROM), análise e pesquisa de legislação, doutrina e jurisprudência, auxiliar na realização dos atos processuais praticados pela Secretaria Judicial e no atendimento das partes dentre outras atividades de mesma natureza e grau de complexidade.

4. DA SELEÇÃO, DAS PROVAS E DA CLASSIFICAÇÃO:

4.1 DAS PROVAS

4.1.1 PROVA OBJETIVA

4.1.1.1 A **Prova Objetiva**, eliminatória e classificatória, conterá 50 (cinquenta) questões de acordo com o conteúdo programático, constante no anexo I, deste Edital, assim distribuídas:

- a) **30 (trinta) questões**, relativas às **disciplinas do Grupo I:**



Direito Constitucional;

Direito Administrativo;

Teoria Geral do Processo/Direito Processual Civil e

Direito Civil

b) **20 (vinte) questões**, relativas às **disciplinas do Grupo II:**

Direito Penal;

Direito Processual Penal e

Direito Tributário

c) As provas obedecerão ao quantitativo de questões por matéria, de acordo com o Programa do Anexo I, assim distribuídas:

- Direito Constitucional: TQ 8
- Direito Administrativo: TQ 8
- Direito Processual Civil: TQ 8
- Direito Civil: TQ 6
- Direito Penal: TQ 5
- Direito Processual Penal: TQ 7
- Direito Tributário: TQ 8

Obs. TQ = Total de Questões

d) Serão considerados classificados nesta **Prova Objetiva**, os candidatos que obtiveram 50% (cinquenta por cento) do total de pontos, somente os quais terão corrigidas as Provas Discursivas.

4.1.2 PROVA DISCURSIVA

4.1.2.1 A **Prova Discursiva**, eliminatória e classificatória, deverá ser manuscrita com letra legível, utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta e consistirá em uma única questão, sobre tema selecionado dentre as disciplinas do **Grupo I (Direito Constitucional, Direito Administrativo, Teoria Geral do Processo/Direito Processual Civil e Direito Civil)**, objetivando avaliar os conhecimentos jurídicos, a capacidade de expressão, coesão e coerência textual e o conhecimento da língua portuguesa e terá pontuação de 0 (zero) a 100 (cem).

4.1.2.2 Serão desclassificados os candidatos que obtiverem nota inferior a 50 (cinquenta) pontos nesta **Prova Discursiva**.

5. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

5.1 A **aplicação das provas Objetiva e Discursiva** está prevista para **21/2/2014**, das **14 às 18 horas**, com duração de 4 (quatro) horas, a realizar-se **no CEREST - Centro de Referência a Saúde do Trabalhador, localizado na Rua Euclides Bezerra Lins, 166, centro**, no município de Ouricuri-PE.



5.2 O candidato deverá comparecer ao local das provas com 30 (trinta) minutos de antecedência, munido de caneta esferográfica de tinta preta ou azul, lápis e borracha, documento de identificação oficial com foto e comprovante de inscrição.

5.3 Não será permitida consulta a qualquer tipo de texto, tão-pouco comunicação entre os candidatos, assim como o uso de aparelhos eletrônicos, sobretudo celulares, durante a realização das provas, implicando o descumprimento do disposto, neste item, a sumária desclassificação do(s) candidato(s) envolvido(s).

5.4 Somente terá acesso à sala de provas o candidato que apresentar documento de identificação oficial (original) com foto.

6. DA CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS

6.1 A classificação final será resultante da soma das pontuações obtidas nas 2 (duas) fases, atribuindo-se peso 2 (dois) à nota obtida na prova discursiva e peso 1 (um) à nota na prova objetiva.

6.2 Em caso de empate na classificação final serão adotados os seguintes critérios:

- a) maior média geral registrada no histórico acadêmico;
- b) candidato que esteja no período mais avançado do curso;
- c) maior nota na Prova Discursiva;
- d) maior nota na Prova Objetiva;

7. DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

7.1 O resultado final das provas objetiva e discursiva será divulgado dia **7/3/2014**, no sítio eletrônico da Seção Judiciária de Pernambuco (www.jfpe.jus.br) e/ou no quadro de avisos no átrio desta Subseção Judiciária de Ouricuri.

8. DOS RECURSOS

8.1 Serão admitidos recursos em **três fases** distintas:

- a) **Fase 1** - recurso de aplicação das provas: nesta fase somente serão admitidos recursos referentes à aplicação das provas;
- b) **Fase 2** - recurso de divulgação das questões das provas: nesta fase somente serão admitidos recursos referentes às provas (formulação das questões e respostas consideradas como certas);
- c) **Fase 3** - recurso de resultado do candidato: nesta fase serão admitidos recursos referentes à divulgação do resultado do candidato.



8.2 O prazo para interposição de recurso será de 2 (dois) dias úteis, contados da divulgação:

- a) das inscrições deferidas;
- b) do gabarito oficial da prova objetiva;
- c) do resultado preliminar (lista provisória de classificação)

8.3 Somente serão considerados os recursos interpostos no prazo estipulado para a fase a que se referem.

8.4 Admitir-se-á um único recurso por candidato, para cada evento referido no item 1, deste Capítulo, devidamente fundamentado, sendo desconsiderado recurso de igual teor.

8.5 Se do exame de recurso resultar anulação da questão, a pontuação correspondente à mesma será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido. As provas serão corrigidas após a análise dos recursos, de acordo com o gabarito oficial definitivo. Em hipótese alguma o quantitativo de questões sofrerá alteração.

8.6 Não serão aceitos recursos interpostos por meio diverso ao referido nos itens anteriores.

8.7 Não caberá recurso quanto à correção da Prova Discursiva.

8.8 Os candidatos deverão enviar 2 (dois) conjuntos de recursos, dirigidos à Comissão do Processo de Seletivo e entregue no Setor de Protocolo desta Subseção, no horário de 9 às 18 horas, conforme capa única constando os dados especificados no **modelo a seguir** com as seguintes especificações:

- a) Nome completo do candidato, assinatura e número de inscrição;
- b) Folhas individuais para cada questão, identificada com o nome do candidato, indicação do número da questão **da prova divulgada (apenas para a Fase 2)** e resposta divulgada como certa pela Comissão de Estágio (**apenas para a Fase 2**), fundamentação e argumentação lógica e consistente do recurso.
- c) Digitada ou datilografada.

Modelo:

ELEÇÃO DE ESTÁGIO: SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA EM OURICURI	
Nome:	Nº de Inscrição:
CURSO:	



Nº DE QUESTÃO DA PROVA DIVULGADA: (apenas para a Fase 1)

Resposta divulgada pela Comissão de Estágio como certa: (apenas para a Fase 1)

Questionamento:

Endereço:

Data:

Assinatura:

9. DA CONTRATAÇÃO

9.1 A aprovação do estudante neste processo seletivo não gera direito à contratação do estagiário, que só se realizará em face da existência de vagas e mediante a necessidade, conveniência e oportunidade administrativas, obedecidas a ordem de classificação e as normas estabelecidas pelo Egrégio Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

9.2 Novas vagas surgidas durante o período de validade da seleção serão preenchidas seguindo, rigorosamente, a ordem de classificação.

9.3 Os candidatos classificados e convocados ficam, desde logo, ciente de que:

a) é vedada a ocupação simultânea, por um único estudante, de mais de uma vaga de estágio nos órgãos a que se refere o art. 3º da Resolução nº 39/2008-CJF (Conselho da Justiça Federal e Justiça Federal).

b) é vedada a contratação de estagiário, nos termos do art. 22 da Resolução nº 39/2008:

I- que possuir vínculo profissional ou de estágio com advogado ou sociedade de advogados que atuarem em processos no órgão;

II- para servir como subordinado a magistrado ou a servidor investido em cargo de direção ou de assessoramento que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive;

9.4 Somente poderá assinar Termo de Compromisso de Estágio o estudante vinculado ao ensino superior e que estiver cursando, **no mínimo, a metade do período total do curso e, no máximo, o antepenúltimo semestre do curso** (§ 8º do art. 6º da Resolução 28/2010)

10. DAS VAGAS E DA VALIDADE DO CONCURSO



10.1 O prazo de validade do concurso será de 12 (doze) meses, a contar da divulgação do resultado final no sítio eletrônico da Seção Judiciária de Pernambuco (www.jfpe.jus.br) e/ou no quadro de avisos no átrio desta Subseção Judiciária podendo ser prorrogado por igual período, a critério da administração.

10.2 Os candidatos selecionados preencherão as vagas que surgirem no prazo de validade do processo seletivo na Subseção Judiciária de Ouricuri, havendo, imediata contratação de 1 (um) estagiário, permanecendo os demais classificados em cadastro reserva.

11. DA DURAÇÃO E DA JORNADA DO ESTÁGIO

11.1 O estágio terá duração de 1 (um) ano, prorrogável por igual período.

11.2 Na hipótese de estudante portador de deficiência física, a duração do estágio poderá exceder 2 (dois) anos, desde que haja interesse das partes e concordância entre elas, tendo seu prazo máximo vinculado ao término do curso da instituição de ensino em que o estudante encontrar-se matriculado.

11.3 A Jornada do estágio será de 20 (vinte) horas semanais;

11.4 Nos dias em que, comprovadamente, o estagiário prestar provas nas Instituições de Ensino vinculadas ao curso de Direito ao qual se encontra matriculado, a carga horária será reduzida à metade.

11.5 O estagiário é dispensado do expediente, não estando sujeito à compensação, no período de recesso forense a que se refere o art. 62 da Lei nº 5.010/66, nos dias dos feriados federais, estaduais, municipais e regimentais, bem como no recesso remunerado de que trata o art. 13 da Lei nº 11.788/08.

12. DA BOLSA

12.1 O estagiário fará jus à percepção de uma bolsa que compreende as seguintes vantagens:

- a) Auxílio Financeiro mensal no valor R\$ 767,25 (setecentos e setenta e sete reais, vinte e cinco centavos);
- b) Auxílio-Transporte diário no valor de R\$7,00 (sete reais);
- c) Seguro Obrigatório contra acidentes pessoais.

13. DA ASSINATURA DO TERMO DE COMPROMISSO

13.1 Serão exigidos os seguintes documentos:

- a) Declaração de Matrícula;



- b) Comprovante de residência;
- c) *Curriculum Vitae*;
- d) Cópia da Identidade e do CPF/MF;
- e) Comprovante de abertura de Conta Bancária (Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal);
- f) Planilha de Dados Cadastrais e das Declarações de não cumulatividade, disponíveis na Sala da Seção de Apoio Administrativo;
- g) 2 (duas) fotos 3x4, atuais.

14. DO CRONOGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	DATA
Período de Inscrição	10 a 14 fevereiro
Aplicação da Prova Objetiva e Prova Discursiva	21 de fevereiro
Divulgação do Gabarito Oficial da Prova Objetiva e Discursiva	24 de fevereiro
Interposição de Recurso à Prova Objetiva e Discursiva	24 e 25 de fevereiro
Resultado dos recursos da Prova Objetiva e divulgação do resultado preliminar (lista provisória de classificação)	26 de fevereiro
Interposição de Recurso ao Resultado da Seleção	27 e 28 fevereiro
Divulgação Final do Resultado da Seleção	7 de março

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 A inscrição do candidato implica na aceitação de todas as normas constantes desse edital, bem assim das reguladoras do estágio no âmbito do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

15.2 O candidato aprovado e classificado terá o prazo de dois (2) dias úteis para confirmar seu interesse no estágio, contados da convocação para início das atividades.

15.3 O candidato classificado deverá, por ocasião da assinatura do contrato, apresentar comprovante de matrícula, respeitados os requisitos mencionados no item 2.5.



15.4 O não comparecimento para assinatura do respectivo contrato e início do estágio, após o prazo de 2 (dois) dias úteis contados da confirmação mencionada no item 15.3, será considerada como desistência.

15.5 O resultado final da seleção será afixada no sítio eletrônico da Seção Judiciária de Pernambuco (www.jfpe.jus.br) e/ou no quadro de avisos no átrio desta Subseção Judiciária de Ouricuri.

15.6 Os itens do Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data da convocação dos candidatos para as provas correspondentes, circunstância que será mencionada em edital ou aviso a ser publicado.

15.7 Os candidatos aprovados deverão manter atualizados seus endereços nesta Subseção Judiciária.

15.8 Compõe a Comissão do Processo Seletivo, sob a presidência do primeiro, a Exma. Sra. Juíza Federal Thalynni Maria de Lavor Passos e os servidores Carla Duarte Muniz, Barbara Emilie Alves dos Reis, Rodolfo Soares Ribeiro Lopes e Lucas Pereira Vieira.

15.8 Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão do Processo Seletivo.

Ouricuri-PE, 31 de janeiro de 2014.

THALYNNI MARIA DE LAVOR PASSOS

Juíza Federal Diretora

Presidente da Comissão do Processo Seletivo

Para estágio remunerado

Subseção Judiciária de Ouricuri

ANEXO I



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

GRUPO I

1 Direito Constitucional

- ü Constituição: conceito, objeto, elementos e classificação.
- ü Supremacia da Constituição
- ü A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
- ü Interpretação das normas constitucionais.
- ü Controle de constitucionalidade.
- ü Princípios fundamentais.
- ü Dos Direitos e garantias fundamentais.
- ü Da Organização do Estado.
- ü Da Organização dos poderes.
- ü Poder Legislativo.
- ü Poder Executivo.
- ü Poder Judiciário.
- ü Ministério Público.

2 Direito Administrativo

- ü Conceito de Direito Administrativo.
- ü Princípios Gerais do Direito Administrativo
- ü Sistema administrativo brasileiro.
- ü Administração Pública: princípios básicos; estrutura administrativa; poderes e deveres do administrador público; uso e abuso do poder.
- ü Poderes administrativos: poder vinculado; poder discricionário; poder hierárquico; poder disciplinar; poder regulamentar; e poder de polícia.
- ü Atos administrativos: conceito; requisitos; mérito; atributos; classificação; espécies; motivação; procedimento administrativo; anulação e revogação.
- ü Contratos administrativos: considerações gerais; formalização; execução; inexecução; revisão e rescisão.
- ü Licitação: conceito; finalidade; princípios; objeto; obrigatoriedade; dispensa; inexigibilidade; procedimento; anulação; revogação e modalidades.
- ü Servidores públicos: direitos; deveres e responsabilidades;



- ü Domínio público: conceito; classificação; administração; utilização; alienação; terras e águas públicas; proteção ambiental.
- ü Intervenção na propriedade privada: desapropriação.
- ü Responsabilidade civil do Estado.
- ü Controle da administração Pública: controle administrativo; controle legislativo e controle judiciário.
- ü Desapropriação
- ü Improbidade administrativa

3 Direito Processual Civil

- ü Princípios gerais do Direito Processual Civil.
- ü Jurisdição: conceito; características; objetivo; poderes; princípios fundamentais; espécies e órgãos.
- ü Competência: conceito; classificação; critérios determinadores; modificação; conflito e declaração de incompetência.
- ü Processo e procedimento: princípios gerais; conceito; objeto; espécies e pressupostos processuais.
- ü Sujeitos do processo: Juiz; Ministério Público; Partes: capacidade; representação; substituição processual; substituição das partes; litisconsórcio; assistência e intervenção de terceiros.
- ü Atos processuais: forma; tempo; lugar; prazo; comunicação e nulidades.
- ü Formação, suspensão e extinção do processo.
- ü Procedimento ordinário: petição inicial; resposta do réu; revelia; providências preliminares; e julgamento conforme o estado do processo.
- ü Prova: conceito; espécies; princípios gerais; objeto; ônus e valoração.
- ü Sentença e coisa julgada.

4 Direito Civil

- ü Pessoas físicas e jurídicas
- ü Bens.
- ü Fatos jurídicos; atos jurídicos e negócios jurídicos.
- ü Prescrição e decadência.
- ü Obrigações: classificação; obrigações solidárias; modos de extinção das obrigações; compensação e pagamento indevido.

GRUPO II

-



5 Direito Penal

- ü Aplicação da lei penal.
- ü Princípios gerais do Direito Penal
- ü Tipicidade
- ü Antijuridicidade
- ü Culpabilidade
- ü Teoria do crime.
- ü Concurso de pessoas.
- ü Teoria da pena.
- ü Extinção da punibilidade.
- ü Crimes contra o patrimônio.
- ü Crimes contra a fé pública.
- ü Crimes contra a administração pública

6 Direito Processual Penal

- ü Princípios gerais.
- ü Aplicação da lei processual no tempo e no espaço.
- ü Inquérito policial.
- ü Ação penal.
- ü Jurisdição.
- ü Competência.
- ü Questões e processos incidentes.
- ü Prova.
- ü Sujeitos da relação processual.
- ü Prisão e liberdade provisória.
- ü Citações e intimações.
- ü Sentença.
- ü Procedimento comum: instrução criminal; do processo e julgamento dos crimes da competência do juiz singular.
- ü Nulidades.
- ü Recursos.

7 Direito Tributário



ü Sistema constitucional tributário; poder de tributar; competência tributária; princípios constitucionais; e repartição das receitas.

ü Princípios constitucionais do Direito Tributário

ü Limitações constitucionais ao poder de tributar;

ü Competência legislativa em matéria tributária;

ü Tributos federais;

ü Tributos: conceito; classificação e espécies.

ü Legislação tributária: vigência; aplicação; interpretação; e integração;

ü Obrigação tributária: fato gerador; hipótese de incidência; sujeito ativo; sujeito passivo; responsabilidade tributária.

ü Crédito tributário: constituição; suspensão; exclusão e extinção.